



Ata dos trabalhos da Reunião Pública Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia trinta e um de janeiro de dois mil e doze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a sua Mesa Diretora pelos senhores vereadores: Nélio Aurélio de Souza – Presidente, Renato Faria Silva – Vice-Presidente e Luciano Vitor Gomes – Secretário. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a ausência justificada do vereador Cássio Magnani Júnior. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário determine a leitura da Ata da Reunião Ordinária do dia vinte e três de dezembro de dois mil e onze. Em votação, foi aprovada. O Plenário autorizou o adiamento da leitura da Ata da reunião do dia dezessete de janeiro de dois mil e doze. Em seguida, o Senhor Secretário proferiu leitura das correspondências recebidas: 1) Ofício 03/12 da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos em resposta ao ofício nº 009/2012 referente a requerimento do vereador Marcelino Antônio Edwirges. O vereador Marcelino agradeceu o Secretário pela atenção e presteza na resposta ao requerimento; 2) Ofício 006/12, Mensagem de Agradecimento da Comissão dos Servidores Técnicos pela aprovação do projeto nº 1.208/2011. O Senhor Presidente suspendeu a reunião para esclarecer uma dúvida; decorridos alguns minutos, reabriu os trabalhos, consultou o Plenário que autorizou a entrada na Casa e leitura da proposição de autoria do Poder Executivo: Projeto de Lei nº 1.212/2012, que “Autoriza o Poder Executivo a majorar o percentual previsto no artigo 37, IV da Lei Municipal nº 2.219 de 19/07/2011, além de dar outras providências”. Encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. O vereador Luciano Vitor Gomes esclareceu



que se trata de solicitação do prefeito para realizar o carnaval conforme orçamento do ano anterior. Ressaltou a importância do carnaval para Nova Lima. Registrou que a Casa está trabalhando para viabilizar o recurso. Tranquilizou a população e comunidade carnavalesca afirmando que tudo será feito para que o carnaval ocorra da melhor maneira. O vereador José Guedes solicitou novamente ao Senhor Presidente que peça ao prefeito para enviar os projetos com antecedência, lembrou que faz esta cobrança em defesa da Câmara há três anos. O vereador Marcelino Antônio Edwiges pediu calma a todos, tranquilizou as escolas de samba e blocos caricatos, disse para continuarem as negociações com a prefeitura, pois a Casa votará na próxima reunião contribuindo para a realização do carnaval. O vereador Renato Faria Silva salientou que o projeto necessita passar pela Comissão de Legislação e Justiça. Propôs a confecção de parecer conjunto e a realização de reunião extraordinária. O vereador José Raimundo Martins falou que em seus dezenove anos como vereador nunca viu o Legislativo retomar como agora o papel de fiscalizar, comandar e ter consciência. Disse que fica feliz em ver que o Executivo está trabalhando com o devido respeito à Câmara. Concordou com o vereador Renato, pois entende que a proposição deve passar pela Comissão de Legislação e Justiça e podem fazer parecer conjunto. Afirmou que a sociedade deve ficar tranquila, pois a Casa não prejudicará ninguém. Explicou ao vereador Renato que se reuniu com os vereadores Marcelino, Sandro, José Guedes, Ailton e não se sente à vontade nem competente para votar antes de terça-feira. O vereador Renato disse que é homem de cumprir acordos, retirou a proposta da reunião extraordinária e manteve a de parecer conjunto. O vereador Ronaldo Gonçalves Marques afirmou que o projeto deve passar pela Comissão de Legislação e Justiça para análise dos aspectos legais e



constitucionais. Expôs que sua proposta é para realizarem reunião extraordinária com parecer conjunto. O vereador José Geraldo Guedes solicitou de novo ao Senhor Presidente determine ao prefeito que envie os projetos com antecedência para não causar desgaste à Câmara. O vereador Ailton Soares Amaral esclareceu que a proposta orçamentária está na Comissão de Orçamento que está trabalhando muito em sua análise. O Senhor Presidente afirmou que as Comissões de Legislação e Justiça; de Serviços Públicos Municipais e de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas concordaram em confeccionar parecer conjunto e a Câmara votará o projeto na reunião da próxima terça-feira. Informou que em 2010, no governo Lula, o orçamento foi votado em maio. Prosseguindo, colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei nº 1.181/2011, que “Dispõe sobre critérios adicionais para a concessão de Alvará de Construção para unidades multifamiliares ou empreendimentos realizados por incorporadoras, consórcio, empresas de construção e afins e dá outras providências”. Em primeira votação, aprovado por 08 votos. O Plenário conforme proposta do Senhor Presidente dispensou o interstício para a segunda votação. Em última votação, aprovado por 08 votos e encaminhado à sanção; 2) Parecer da Comissão Especial contrário ao Veto Parcial ao artigo 2º do Projeto de Lei nº 1.190, de 23 de dezembro de 2011, que “Adota o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, como Índice Oficial para fins de atualização dos Tributos instituídos e arrecadados pelo Município de Nova Lima”. Em votação, o parecer foi aprovado por 08 votos; 3) Veto Parcial ao artigo 2º do Projeto de Lei nº 1.190, de 23 de dezembro de 2011, que “Adota o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, como Índice Oficial para fins de atualização dos Tributos instituídos e arrecadados pelo Município de Nova Lima”. Em votação por



escrutínio secreto, atuaram como escrutinadores os vereadores José Raimundo Martins e Ronaldo Gonçalves Marques. Veto rejeitado por 09 votos; 4) Veto Integral ao parágrafo único do artigo 2º do Projeto de Lei nº 1.192, de 23 de dezembro de 2011, que “Altera a Lei Municipal 1.914 de 28 de dezembro de 2005 – Taxas, modificando e corrigindo itens e valores em sua respectiva tabela”. Em discussão, o vereador José Raimundo Martins disse que o maior absurdo do Estado de Minas Gerais é uma taxa chamada ‘Análise’ cobrada por Nova Lima no exorbitante valor de trezentos mil reais, enquanto em Contagem é cobrado vinte e três mil e em Belo Horizonte vinte e cinco mil. Esclareceu que, com o vereador Ailton, propôs uma emenda para que a taxa não fosse cobrada sobre as áreas institucionais e verdes, pois não são aproveitadas pelo empreendedor. Recordou que a emenda foi aprovada, embora o prefeito tenha vetado. Registrou que esta taxa altíssima sai nas costas daquele que compra o imóvel. O vereador Ailton Soares Amaral explicou que não solicitaram a diminuição do valor da taxa de aprovação, apenas pediram para isentar a área verde e a área institucional que, conforme a Lei nº 6.766, são repassadas ao município. O vereador Renato Faria Silva afirmou que os empreendedores de condomínios devem pagar caro, pois não fazem loteamentos populares e cobram valores exorbitantes pelos lotes em Nova Lima, assim, não devem isentá-los das taxas. Registrou que para loteamento popular as taxas podem ser revistas, mas para condomínios devem ser cobradas até mais caro. Declarou que é a favor do imposto progressivo, cobrar do rico e isentar o pobre. O vereador José Raimundo Martins esclareceu que se trata da taxa de análise que não é para rico e sim para todos, visto que a lei não especifica destinatário. Em votação por escrutínio secreto, atuaram como escrutinadores os vereadores Marcelino Antônio Edwirges e Sandro



Lima. Veto aprovado por 05 votos favoráveis, 03 contrários e 01 branco. O Senhor Presidente comunicou que o veto foi mantido e encaminhou o projeto à sanção. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação requerimento de autoria do vereador José Guedes: “Requer que esta Casa faça por encaminhar ao Excelentíssimo Prefeito Municipal o seguinte pedido de providência: Que a prefeitura envie o percentual mensal que será gasto com o convênio da Policlínica que será construída no Bairro Jardim Canadá”. Aprovado, 08 votos. O vereador José Guedes propôs requerimento verbal para que o Senhor Presidente solicite à prefeitura a instalação das placas de rua em homenagem ao Padre João Marcelino, Clemer Gouvêa, Arísio Silva, Hernani Pessoa e Amélia Magalhães Pessoa. Afirmou que repetirá esta solicitação toda semana até a prefeitura atendê-lo, pois é absurdo e desrespeito com as famílias e a Câmara. Aprovado, 08 votos. O Senhor Presidente sugeriu ao vereador José Guedes que mande fazer as placas. O vereador Ailton Soares Amaral propôs requerimento verbal para que o Executivo tome as devidas providências quanto ao alagamento decorrente das chuvas na Rodovia MG-030, em frente ao Shopping Ponto Verde. Aprovado, 08 votos. Inscrito no Grande Expediente, o vereador José Geraldo Guedes disse que há um presidente de associação de bairro invadindo e cercando terrenos, quando devia dar bons exemplos. Contou que está investigando e, em breve, acionará a polícia, pois já recebeu denúncia de cinco pessoas, o que considera um absurdo. Relatou que na Casa há um banner de combate à dengue, lembrou que há mais de dois anos a Câmara votou projeto para a realização de leilão dos veículos que se encontram no depósito de carros localizado na região do CAIC, onde existe o maior foco de dengue em Nova Lima. Informou que uma jovem moradora de um dos



predinhos próximos ao local morreu devido à doença. Solicitou ao Senhor Presidente que cobre do Executivo a realização do leilão. Salientou que esta semana aconteceu uma falta de respeito com ele, ficou muito chateado porque numa luta tremenda, conseguiu uma verba da Vale para o término da construção da Igreja da Vila São Luís. Afirmou que é um absurdo, a comunidade espera a igreja há quarenta anos, ele conseguiu e, ao agradecer a Vale pelo benefício da verba, sua faixa é arrancada e substituída por outra de Fatinha da Bolsa. Esclareceu que não é contra a homenagem feita à Fátima, apenas não deseja que arranquem suas faixas. Denunciou para a imprensa que a Prefeitura está arrancando asfalto perfeito na descida do Bairro Bela Fama, próximo ao Habib's, onde fizeram uma obra muito ruim e o asfalto está dissolvendo. Solicitou à imprensa que compareça ao local, fotografe e denuncie. Falou que fez um apanhado sobre a verba destinada ao carnaval em 2011, uma coisa assustadora: apresentação dos músicos, blocos e bandas - duzentos e quarenta mil reais; produção gráfica do carnaval - setenta e sete mil; serviços de sonorização e iluminação - cento e quarenta e três mil; locação de palcos, banheiros e barracas - noventa e oito mil; segurança especializada - trezentos e quarenta mil; locação de gerador de energia - setenta e oito mil; locação de tendas e palcos - cento e dois mil; serviço de vigilância - setenta e sete mil; locação de carro de som - setenta e nove mil; instalação e remoção de peças decorativas - cinquenta e nove mil; total - um milhão e oitocentos mil reais. Explicou que não citou os valores menores para não demorar. Ressaltou que estes preços são uma aberração para um carnaval tão humilde e pequeno como o de Nova Lima. Declarou que foi informado de que o cachê do cantor Dudu Nobre é de cinquenta mil reais, no entanto a Prefeitura pagou duzentos e trinta mil. Registrou que o dinheiro da Prefeitura vai para o ralo, enquanto faltam



remédios e casas populares. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião. \_\_\_\_\_